

Érica Rogéria da Silva

**O neoliberalismo e vínculos sociais no campo do trabalho: considerações
psicanalíticas**

**Uberlândia
2019**

Érica Rogéria da Silva

**O neoliberalismo e vínculos sociais no campo do trabalho: considerações
psicanalíticas**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto de Psicologia da
Universidade Federal de Uberlândia, como
requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Lucianne
Sant'Anna de Menezes.

**Uberlândia
2019**

Érica Rogéria da Silva

O neoliberalismo e vínculos sociais no campo do trabalho: considerações psicanalíticas

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Lucianne Sant'Anna de Menezes

Banca Examinadora

Uberlândia, 12 de julho de 2019

Profa. Dra. Lucianne Sant'Anna de Menezes

Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Profa. Dra. Ana Paula de Ávila Gomide

Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Ms. Sybele Macedo

Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

UBERLÂNDIA

2019

AGRADECIMENTOS

À professora Lucianne Menezes, pelas valiosas orientações, ensinamentos, dedicação, paciência e confiança.

À professora Ana Paula Ávila e à Sybele Macedo, pela leitura e contribuições.

À minha mãe, Ilda, pela ternura, pelo incentivo e pela força.

Aos meus irmãos, Janaína e Ueslei, pelo afeto e pela compreensão.

Ao meu pai, Isaías, pela admiração.

Às minhas sobrinhas, Evellyn e Ana Clara, e ao meu sobrinho, Whashington, pela leveza e alegria constante.

Ao Jan, por tanto amor e carinho.

Aos meus amigos Edson, Fernando, Fabiane, Guillermo, Débora, Elisandra, Jorcilene, Luana, Sandra, Antônio, pelo companheirismo, pelo apoio e pelas risadas.

RESUMO

SILVA, E. R. *O neoliberalismo e vínculos sociais no campo do trabalho: considerações psicanalíticas*. (Trabalho de Conclusão de Curso). Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, Brasil.

Esta pesquisa tem como objetivo geral examinar os modos de subjetivação formados a partir do neoliberalismo. Mais especificamente, buscou-se traçar as características do sujeito neoliberal, procurando verificar aspectos referentes aos laços sociais atuais. Para alcançarmos os objetivos propostos, procuramos estabelecer um diálogo entre a Sociologia e a Psicanálise de modo que, com a primeira, fundamentamos as características do sistema neoliberal e, com a segunda, buscamos tecer considerações analíticas. Visto que o neoliberalismo configura diversas atividades da vida social, escolhemos como *corpus* de análise a plataforma *online* de uma empresa multinacional, prestadora de serviços eletrônicos na área do transporte privado urbano, através de um aplicativo. A análise dos dados nos mostrou que o neoliberalismo impõe um modo de ser e há uma transposição, por parte da organização, de princípios neoliberais no que diz respeito à concepção de sujeito trabalhador, contribuindo para configurar uma relação perversa entre empregador e prestador de serviços. Mais do que isso, o neoliberalismo propicia esse modo de laço, instaurando um cenário social de desamparo, o qual a servidão é uma expressão desse sentimento.

Palavras-chave: neoliberalismo, trabalho, Psicanálise, Sociologia, mal-estar.

ABSTRACT

SILVA, E. R. *Neoliberalism and social ties in the field of work: psychoanalytical considerations*. (Work of Concluding Course). Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, Brasil.

This research has aimed to examine the subjectivation's modes formed from neoliberalism. In a specific way, the study has aimed to trace the characteristics of the neoliberal subject and to verify aspects referring to the current social ties. To achieve the proposed objectives, we establish a dialogue between Sociology and Psychoanalysis, therefore Sociology provided the main characteristics of neoliberalism system, and Psychoanalysis was the source of analytical considerations. Due to neoliberalism configures several activities of social life, we have chosen as *corpus* of analysis the online platform of a multinational company, provider of electronic services in the area of private urban transport, through an application. The analysis of the data collected has showed to us that neoliberalism imposes a way of being. In addition, the organization transposes neoliberal principles, for example, the conception of works subject, contributing to configure a perverse relationship between employer and service provider. Besides this, neoliberalism provides this way of relating, establishing a social scene of helplessness in which the servitude is an expression of this feeling.

Keywords: neoliberalism; work; psychoanalysis; sociology; discontent.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	6
1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO NEOLIBERALISMO	8
1.1 Condições de possibilidades para a emergência do neoliberalismo	8
1.2 Características do neoliberalismo	12
2. SUJEITO NEOLIBERAL	19
3. NEOLIBERALISMO, TRABALHO E PERVERSÃO: UMA ANÁLISE	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	38

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como tema a interface entre a Psicanálise e o neoliberalismo e foi apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Psicologia. A realização do Trabalho de Conclusão do Curso foi compreendida por mim como uma oportunidade para ganhar conhecimentos acerca do desenvolvimento de pesquisas no âmbito do quadro teórico-metodológico da Psicanálise.

No primeiro momento do desenvolvimento deste estudo, o objetivo era o de desenvolver uma pesquisa qualitativa bibliográfica, a fim de verificar a existência de trabalhos, publicados por psicanalistas, no Brasil, que relacionavam o neoliberalismo e a psicanálise e, caso existissem, verificar o que estava sendo dito sobre essa interface. No entanto, com um levantamento bibliográfico nas bases de dados *Scielo*, *Pepsic*, *Scopus* Capes e nos portais de teses e dissertações da Universidade Federal de Uberlândia e da Universidade de São Paulo, realizado com o tema neoliberalismo e psicanálise, usando as palavras-chave neoliberalismo e psicanálise, referente ao período entre 2009 e 2019, não apareceram, nessas bases, pesquisas publicadas que dão ênfase a essa relação. É importante sublinhar que, com o tema neoliberalismo, apareceram produções acadêmicas das mais diversas áreas do conhecimento, como a Sociologia, a Economia, o Direito, a Filosofia e a História.

Entretanto, ao colocarmos as referidas palavras-chave no *Google*, apareceram textos publicados em *blogs* e vídeos no *Youtube* que versam sobre a temática em questão. Um dos autores dessas publicações é o psicanalista Christian Dunker. Ao ter acesso a essas produções, deparamo-nos com um livro que se tornou um importante norteador desta pesquisa: o livro *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*, de Pierre Dardot e Christian Laval (2016), inscrito na área da Sociologia. Além de realizar uma sistemática análise acerca do

neoliberalismo, o livro estabelece um diálogo entre o movimento e a Psicanálise, sobretudo no que se refere às subjetividades neoliberais e seus efeitos.

Com o resultado do levantamento bibliográfico e com o acesso à obra referida, o desenvolvimento da pesquisa ganhou um direcionamento distinto daquele proposto inicialmente, resultando em uma pesquisa qualitativa de tipo exploratório, envolvendo um estudo de caso (Gerhardt & Silveira, 2009). Mais especificamente, mantivemos como tema a interface entre a Psicanálise e o neoliberalismo, porém realizamos uma análise da plataforma *online* da Empresa Uber, uma empresa multinacional, prestadora de serviços eletrônicos na área do transporte privado urbano, através de um aplicativo de transporte.

Ao compreendermos que o neoliberalismo se refere a um sistema bastante amplo que influencia diversas esferas sociais, fez-se necessário realizar um recorte de qual esfera iríamos examinar, o que nos levou a analisar a influência do movimento neoliberal no trabalho. Como representativo dessa esfera, selecionamos enunciados verbais presentes na plataforma *online* da empresa Uber.

Sendo assim, propusemos como objetivo geral examinar os modos de subjetivação formados a partir do neoliberalismo, tendo em vista as relações de trabalho estabelecidas por esse sistema. Como objetivos específicos, buscamos delinear características do sujeito neoliberal e verificar aspectos referentes aos laços sociais atuais, mais especificamente aqueles que são formados no campo do trabalho.

Para alcançarmos os objetivos propostos, procuramos estabelecer um diálogo entre a Sociologia e a Psicanálise, de modo que, com a primeira, fundamentamos as características constitutivas do neoliberalismo e do seu funcionamento; e, com a segunda, buscamos tecer considerações analíticas. No âmbito do quadro teórico-metodológico da Psicanálise, priorizamos a dimensão de extensão do método psicanalítico, o qual privilegia a abordagem psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos, de modo a articular sujeito e sociedade,

retomando postulados teóricos da Psicanálise, como aquele que Jean Laplanche (1992) denomina de “pensamento extramuros”, na ideia de que esta área do saber pode se dirigir para *fora-do-tratamento*, não para qualquer lugar, mas num movimento em direção ao cultural.

Menezes (2010) afirma que, a questão do psicanalista, na contemporaneidade, diz respeito a como a psicanálise pode ser útil nos vários ambientes em que ele é demandado. A partir de Debieux Rosa (2016), a autora defende que o psicanalista oferece sua escuta em contextos sociais, como instituições de saúde, de assistência ou de educação, em comunidades, de modo que estas práticas analíticas, também chamadas de 'clínico-políticas' se desenvolvem no âmbito psicanalítico, mas dialoga com outras disciplinas, levando ao aprofundamento da teoria psicanalítica e suas extensões, possibilitando a criação de dispositivos clínicos para a escuta da dimensão sócio-política do sofrimento.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO NEOLIBERALISMO

1.1 Condições de possibilidades para a emergência do neoliberalismo

Em meados do século XIX, os objetivos declarados do liberalismo consistiam em assegurar a maior prosperidade possível e a ordem social. Seus dogmas fundamentais, o direito natural, a liberdade de comércio e a do interesse individual, a propriedade privada e o equilíbrio do mercado, apresentavam um caráter fixo e eram tratados como se fossem leis naturais. Embora os adeptos ao movimento fossem categóricos ao considerar que mudar esses princípios seria prejudicial ao progresso e ao equilíbrio social, o movimento não apresentava homogeneidade de ideais e teorias, tanto que uma vertente mais radical do movimento atuou de modo a inspirar reformas mais sociais de assistência aos pobres, ajuda à promoção do livre comércio e reformas democráticas e sociais em favor da maioria, como fez a Inglaterra. O caráter naturalista que perpassava os ideais do movimento também foi alvo de fortes contestações. A

crítica a essas características, compreendidas como fissuras do movimento, ganharam força antes da Primeira Guerra Mundial e no entre-guerras (Dardot & Laval, 2016).

As divergências do movimento culminaram na existência de dois liberalismos, o que demonstra, mais uma vez, a sua não unidade. De um lado, tinha-se o liberalismo dos reformistas sociais defensores do ideal de bem comum; do outro, havia os partidários da liberdade individual com fim absoluto. Essa divisão é considerada um dos aspectos mais importantes no que diz respeito ao surgimento da crise do liberalismo, ocorrida entre 1880 a 1930. Nela, todos os países industrializados, onde os reformistas sociais tiveram mais êxito, revisaram os principais dogmas do movimento (Dardot & Laval, 2016).

Em 1930 eclode a Grande Depressão, ocasião mais radical da reformulação liberal, porém, muito antes, a doutrina já não conseguia incorporar as novas tendências do capitalismo, desenvolvidas durante a fase da industrialização e urbanização. Os Estados Unidos e a Alemanha, as duas potências emergentes na segunda metade do século XX, por exemplo, demonstravam que o modelo constituído por agentes econômicos independentes, isolados, guiados pela preocupação com seus próprios interesses era incompatível às estruturas e às práticas do sistema industrial e financeiro vigente. Desse modo, compreendeu-se que o liberalismo clássico não aderiu bem ao fenômeno da empresa, sua organização, suas formas jurídicas, a concentração de seus recursos e as novas formas de competições. Esse modelo também se mostrava inadequado às necessidades de regulação da condição salarial e incompatível com as realidades econômicas e sociais da época, situação que poderia provocar uma revolta da classe operária. Como efeito dessa incompatibilidade, emergiram repetidas crises econômicas e desordens sociais e políticas, revelando, ainda mais, as fragilidades do movimento (Dardot & Laval, 2016).

Em decorrência de questões como essas, o liberalismo foi considerado incapaz de definir novas intervenções governamentais no cenário histórico social vigente, o que culminou

em uma refundação da doutrina, chamada “novo liberalismo”. Para Gilles Dostaler (apud Dardot e Laval, 2016), essa reformulação se mostrou como uma alternativa ao socialismo coletivista e marxista, pois os novos liberais rejeitaram a proposição de que a transformação social ocorreria através da luta de classes. Aderiram a uma forma de socialismo liberal e criou-se legislações que anunciavam reequilibrar as trocas sociais em benefício dos mais fracos. Para essa filosofia, a desarmonia social seria evitada com um conjunto de coerções exercido sobre o grupo mais ameaçador para os outros grupos e a “liberdade não é o contrário de coerção, antes é a combinação das coerções exercidas sobre os que são mais fortes com as proteções dos que são mais fracos” (Dardot & Laval, 2016, p. 61). Além do mais, anunciaram que as transações de trocas sociais deveriam acontecer de forma a garantir a igualdade e o livre consentimento entre as duas partes.

Desse modo, a ampliação das relações contratuais exigia um aumento das ações de reequilíbrio e proteção, visando garantir a liberdade de todos. Em resumo, o liberalismo anunciava assegurar, por meio de um conjunto de legislações, a liberdade do maior número de indivíduos. Esse ideal vai ao encontro de outra premissa do movimento: a de que é preciso saber utilizar meios alheios ou opostos para defender sua implementação e garantir seu funcionamento, como leis de proteção ao trabalho, impostos progressivos sobre renda, auxílios sociais obrigatórios, despesas orçamentárias, entre outros.

No sistema mercantil, com o qual a Revolução Industrial funcionou, os trabalhadores obedeciam a uma configuração de serem vendedores de mão-de-obra para poderem adquirir recursos vitais para a troca monetária. No âmbito desse sistema, a natureza e o trabalho eram compreendidos como mercadorias. Com isso, a relação do indivíduo com seus semelhantes e a natureza tinham a mesma dinâmica da relação mercantil. Para garantir que a sociedade seguisse a lógica da relação mercantil, o Estado precisaria, além de estipular uma legislação, fixar o direito de propriedade e contrato, bem como instaurar nas relações sociais regras múltiplas

necessárias ao funcionamento do mercado concorrencial e fazer com que fossem respeitadas. Nesse sentido, apesar de se mostrar não homogêneo, o liberalismo apresenta traços de um modo de governar que busca expandir a dinâmica mercantil no cotidiano dos sujeitos.

David Harvey (2005) defende que a emergência do neoliberalismo está, também, intrinsecamente relacionada ao advento da globalização, no período de 1978 a 1980. Essa configuração econômica, considerada uma ruptura revolucionária na história social e econômica do mundo, tem como marcos iniciais as transformações feitas por Deng Xiaoping, em 1978, na China, país que abrigava 20% da população mundial. O projeto de Deng, segundo Harvey (2005, p. 11), “iria transformar a China, em duas décadas, de um remoto país fechado num centro aberto de dinamismo capitalista com taxas de crescimento constantes sem paralelo na história humana”.

Outra figura é Paul Volker, responsável por realizar, em 1979, significativas mudanças na política monetária ao assumir o comando do Banco Central dos Estados Unidos. Um de seus desafios foi lidar com a inflação, independente das consequências, em particular às relacionadas ao desemprego. Na Grã-Bretanha, também em 1979, Margareth Thatcher propôs restringir o poder dos sindicatos e acabar com a estagnação inflacionária vivenciada pelo país desde a década anterior. Em 1980, Ronald Reagan, como presidente dos Estados Unidos, implantou políticas destinadas a diminuir o poder do trabalho, desregular as indústrias, a agricultura e os setores extrativistas (Harvey, 2005).

Os fundamentos dessas ações se desdobraram em diferentes lugares no mundo, de modo a configurar o chamado “mundo globalizado”. Todavia, utilizou-se argumentos já em circulação, mas que se tornaram fundamentais nessa nova configuração. Deng, ao visualizar a ascensão da riqueza e a influência do Japão, de Taiwan, de Hong Kong, de Cingapura e da Coreia do Sul mobilizou o socialismo de mercado, visando proteger e promover a China. Reagan retomou a tradição proposta pelo Partido Republicano no início dos anos 1960. Thatcher

se apropriou da já denominada teoria do neoliberalismo e a transformou na diretriz central do pensamento e da administração econômica da Inglaterra (Harvey, 2005).

Essas conjunturas nos interessam, pois, segundo Dardot e Laval (2016), elas contribuíram para a formação do contexto intelectual e político favorável ao surgimento do neoliberalismo, no início do século XX, o que, a nosso ver, contribui para a compreensão do movimento. Nesse sentido, a seção seguinte busca tratar de aspectos específicos do neoliberalismo. Considera-se importante esclarecer que não tivemos a pretensão de apresentar todas as suas características, visto que se trata de um movimento com caráter bastante amplo e multidisciplinar.

1.2 Características do neoliberalismo

Abordar a questão do neoliberalismo nos exige olhar para diferentes leituras acerca da sua definição, da sua história, bem como do seu funcionamento. Isso porque, a depender da via de reflexão, têm-se compreensões com aspectos significativamente distintos. De início, chamamos a atenção a afirmativa de David Harvey (2005) a respeito das características constitutivas de um modo de pensamento dominante, sugerindo que o neoliberalismo corresponde a esse tipo de arranjo. Para o autor, nenhum modo de pensamento se torna dominante sem propor um aparato conceitual capaz de mobilizar as sensações, os instintos, os valores e os desejos das pessoas, bem como as possibilidades concernentes à sociedade. “Se bem-sucedido, esse aparato conceitual se incorpora a tal ponto ao senso comum que passa a ser tido por certo e livre de questionamento” (David Harvey, 2005, p. 15).

Especificamente sobre a teoria neoliberal, os ideais políticos de dignidade humana e de liberdade individual foram considerados fundamentais, de modo a serem postulados como “valores centrais da civilização”. De acordo com Harvey (2005), a circulação de um discurso que colocava o fascismo, as ditaduras, o comunismo e formas de intervenção do Estado como

ameaçadores desses valores centrais contribuiu para legitimá-los na sociedade. Desse modo, a escolha desses ideais é vista como uma sábia opção, pois, além de eles serem “comoventes” e “sedutores”, tornaram-se estrategicamente convincentes.

Inicialmente, o neoliberalismo é definido, assegura Harvey (2005, p. 12), como uma “teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio”.

Nessa configuração, o papel do Estado é o de criar e garantir uma estrutura capaz de permitir o bom desempenho dessas práticas, assegurar a qualidade e a integridade do dinheiro, estabelecer as estruturas e as funções militares, de defesa, da polícia e legislação para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. As intervenções do Estado devem ser mínimas, pois, na concepção neoliberal, ele não possui conhecimentos suficientes para compreender e lidar com os sinais do mercado e os poderosos grupos de interesse podem manipular as intervenções do Estado em seu próprio interesse (David Harvey, 2005).

Além de o neoliberalismo ter tido uma grande difusão, seus defensores ocupam, segundo Harvey (2005), diversas posições em diferentes campos sociais: educacionais; meios de comunicação; instituições-chave do Estado; instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial de Comércio, o que contribui para a sua implantação em diferentes segmentos da atividade social e garante seu funcionamento.

A propagação do discurso neoliberal a diversas instâncias sociais e o modo como ele funciona a partir delas leva Harvey (2005) a defender uma hegemonia neoliberal capaz de afetar amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas das pessoas

interpretarem, viverem e compreenderem o mundo. A lógica da troca de mercado é colocada pelo movimento como uma ética que, por si mesma, serve de guia a toda ação humana, podendo substituir qualquer outra crença ética já sustentada. Para essa perspectiva, todas as ações humanas podem ser enquadradas no domínio do mercado.

Bourdieu (1998) afirma que o neoliberalismo é um “discurso forte”, que tem a seu favor todas as forças de um mundo de relações de força, que ele próprio contribui para funcionar como já é, “sobretudo orientando as escolhas econômicas daqueles que dominam as relações econômicas e acrescentando assim sua força própria, propriamente simbólica, a essas relações de força” (p. 137). Com o posicionamento de que o neoliberalismo precisa ser combatido, o autor defende que o movimento promove a destruição dos coletivos, como os grupos de trabalhadores, promovendo a individualização dos salários e das carreiras em função das competências individuais, o que resulta na individualização dos trabalhadores; e coletivos de defesa dos direitos dos trabalhadores, sindicatos, associações, cooperativas.

A abrangência mundial dos mercados financeiros, junto às tecnologias de informação, favorece as transações de mercado, tornando-as mais rápidas e possíveis, independente da distância geográfica. A lógica do neoliberalismo acerca das tecnologias de informação é a de servir-se dela, promovê-la, proporcionado desenvolvimento para garantir seus interesses de mercado. Essa junção também garante a mobilidade dos capitais e oferece aos investidores, interessados em uma rentabilidade a curto prazo, a possibilidade de comparar, a todo o momento, a rentabilidade de outras empresas e as situações de fracassos. Esse controle constante coloca as empresas em permanentes ameaças, fazendo com que elas tenham que se ajustar de modo cada vez mais rápido às exigências do mercado, caso contrário, podem perder a confiança do mercado e, portanto, o apoio dos acionistas (Bourdieu, 1998).

Para o autor, a lógica neoliberal instaura o “reino absoluto da flexibilidade”, funcionando a partir, por exemplo, da realização de recrutamentos por intermédio de contratos

de duração determinada; da instauração da alta concorrência entre filiais de uma mesma empresa, entre equipes pertencentes a uma única empresa, bem como entre os indivíduos. A ocorrência entre os indivíduos ocorre por meio de individualização da relação salarial com a fixação de metas individuais, de práticas de entrevistas individuais de avaliação, de carreiras individualizadas, de altas individualizadas dos salários ou atribuição de promoções em função da competência e do mérito individuais, explica Bourdieu (1998). Além disso, são igualmente criadas estratégias de responsabilização para garantir a autoexploração de certos setores que, sendo constituídos por assalariados sob forte dependência hierárquica, são responsabilizados por suas vendas, seus produtos, sua loja etc.; é feito o uso de técnicas de submissão racional que, ao exigir o sobreinvestimento no trabalho, e não apenas nos postos de responsabilidade, concorrem para enfraquecer ou eliminar as referências e as solidariedades coletivas. Diante de todas essas imposições, exige-se, ainda, o autocontrole e o “envolvimento” dos assalariados com a organização (Bourdieu, 1998).

Frente a esses traços de funcionamento da engrenagem neoliberal, chama-nos a atenção o excesso de imposições e exigências aos sujeitos, bem como o da responsabilização individualizada, o que nos leva a considerar que a relação de trabalho é sustentada pela insegurança, sofrimento e *sentimento de desamparo*, na via do que Freud indicou em *O mal-estar da civilização* (1930), em que, no contexto do inevitável jogo de forças entre as demandas culturais e a renúncia pulsional, é principalmente em torno desse sentimento que giram os destinos vividos pelo fluxo pulsional.

Sobre a noção de desamparo no campo da Psicanálise, Menezes (2012) explica que há a *condição de desamparo* e a *situação de desamparo*. A primeira é fundante e estruturante do psiquismo e está relacionada ao desamparo originário; a segunda se refere, nas palavras da autora, à “concretização dessa condição instalada na situação traumática, relativa ao excesso pulsional que não pôde ser simbolizado” (p. 97). Desse modo, a noção freudiana de desamparo

tem dupla face: a face erótica e sexual, relativa a um lugar infantil e à sexualidade traumática vinda da mãe; e a face da falta de garantias do sujeito sobre seu existir, sobre o futuro, o que o força a uma renúncia pulsional como garantia de viver em sociedade (Freud, 1927). Em consequência da satisfação pulsional frustrada, o sujeito vivencia um desconforto sentido como *mal-estar*. O mal-estar é relativo ao desamparo no campo social, uma das variações da angústia, assim como o sentimento de culpa e o medo do supereu (Freud, 1930). A mensagem de Freud é que, *para viver, as pessoas criam possibilidades afetivas no enfrentamento da condição fundamental de desamparo*, relativo a uma dupla modalidade de destino: a aceitação (destinos criativos) ou o evitamento (destinos funestos), conforme Menezes (2012).

A ideia de desamparo psíquico remete a ideia de dependência passiva do outro, “estar desamparado é estar à mercê de, é precisar da ajuda de alguém”, afirma Menezes (2010, p. 118).

No reino absoluto da flexibilidade e liberdade individual, o sujeito pode se perder no desamparo

e como forma de proteção submeter-se ao outro, estabelecendo uma relação de servidão, um dos efeitos dos processos de subjetivação em jogo no complexo fenômeno social e global da precarização do trabalho, que sob o ponto de vista da psicanálise, pode ser compreendida como um dos efeitos do mal-estar atual, em especial no campo do trabalho que assume uma direção marcadamente perversa (Menezes, no prelo, s/p.).

Para Bourdieu (1998), a engrenagem neoliberal se sustenta a partir da falta de alternativas de assalariados que possuem precárias condições de vida produzidas pela insegurança e pela existência de um *exército de reserva de mão-de-obra docilizada pela precarização* e pelo medo permanente do desemprego. Para o autor, a condição a qual o trabalhador precisa constantemente provar que é capaz, mesmo diante da precariedade e da insegurança de um emprego instável e de ameaças do desemprego, não oferece outra alternativa senão a de construir uma imagem desencantada de si mesmo e de seu grupo.

Safatle (2015), por sua vez, afirma que, na década de 1960, houve uma reconfiguração no núcleo ideológico da sociedade capitalista e uma consequente mutação do mundo do trabalho, propiciando um cenário denominado pelo autor de “paraíso neoliberal da

desregulamentação”. Até a referida década, o núcleo ideológico era formado por valores como segurança, estabilidade, respeito à hierarquia e à especialização. Entretanto, após crescentes críticas em relação a esse modelo e uma significativa desmotivação de jovens em relação às condições de trabalho impostas, o capitalismo assimilou, como modo de sobrevivência, parte da crítica e se reconfigura com valores como: capacidades de enfrentar riscos, maleabilidade e desterritorialização resultantes de processos infinitos de reengenharia.

A partir dessa configuração, não caberia mais a produção de objetos, mas sim a produção do imaterial, de serviços, experiências, valores e acessos. Passa-se, portanto, a exigir capacidades expressivas e cooperativas que não podem ser ensinadas, além de desenvolvimento e conhecimento que é parte da cultura da vida cotidiana. Para Safatle (2015), essa é uma maneira de dizer que o sujeito está diante de uma configuração de trabalho que se reconcilia com a vida, isto é, com a capacidade da vida de produzir a si mesma. A empresa, por sua vez, não faria nada além de canalizar essas capacidades, eximindo-se da responsabilidade do trabalho assalariado, pois cada pessoa deve transformar-se em empresa de si mesma, associando-se a outras empresas de modo dinâmico e flexível. Na mesma perspectiva de Bourdieu (1998), Safatle (2015) considera que os impactos do sentimento de insegurança, a descontinuidade e a precarização do trabalho são totalmente ignorados nesse cenário. Nesse sentido, caberia, afirma o autor, considerar o pressuposto de que a sociedade não produz apenas sistemas de normas a serem seguidos, ela produz, também, modos de sofrimento diante das normas.

Dunker (2016) se opõe à compreensão de que o neoliberalismo se configura como um conjunto de práticas capazes de definir o capitalismo contemporâneo em sua dimensão globalizada, pois essa visão superdimensiona o fenômeno e o coloca como algo muito maior do que ele realmente é, dificultando o trabalho de circunstanciar críticas e analisar problemas locais. A perspectiva que coloca o neoliberalismo como uma simples teoria econômica, surgida em 1930, apresentada em obras de autores como Walter Lippmann, Von Mises e Hayek,

renovada pela Escola de Chicago, nos anos 1960, e adaptada por governos em forma de políticas de austeridade, privatização e monetarização, a partir dos anos 1980, também é desconsiderada, por ele, por ser reducionista. Nesse sentido, o autor propõe uma “zona intermediária” entre ambas as perspectivas e defende que “o neoliberalismo é uma forma de vida”, estruturada como uma gramática de reconhecimento e como uma política específica para o sofrimento.

Ao comparar o neoliberalismo a uma gramática, parece ser possível entendê-lo como um sistema de regras capaz de regular diferentes dimensões, ou seja, o fenômeno apresenta feição normativa, procedimental e política, funcionando como uma rede de restrições que determina um modo de vida em detrimento a outros. Dentre o conjunto de elementos postos a circular, responsáveis pelo funcionamento do movimento, afirma Dunker (2016), tem-se um modo específico de sofrimento. Para os liberais clássicos, por exemplo, o sofrimento do trabalhador, ou do cidadão de um modo geral, era visto como problema prejudicial à produção, responsável por criar obstáculos para o desenvolvimento e para o cálculo da felicidade. Já os neoliberais, fundamentados na premissa de obtenção máxima de prazer com o mínimo de desprazer, consideram possível extrair mais produção e mais gozo do próprio sofrimento.

Já para Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo é uma lógica normativa global. Ele não se refere a uma ideologia específica, a um tipo de política econômica, mas sim a um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida. Além do mais, ele é instaurado por forças e poderes que se apoiam uns nos outros em nível nacional e internacional, como oligarquias burocráticas e políticas, multinacionais, atores financeiros e grandes organismos econômicos internacionais, formando uma coalização de poderes concretos que exercem certa função política em escala mundial.

Em conformidade com os autores, as formas de gestão na empresa, o desemprego e a precariedade, a dívida e a avaliação, característicos do modelo neoliberal, são poderosas

estratégias de concorrência interindividual capazes de definirem novos modos de subjetivação. Uma vez que os indivíduos são submetidos a um regime de concorrência em todos os níveis, a ação coletiva se torna mais difícil, extinguindo, por exemplo, a solidariedade e a cidadania. Para Dardot e Laval (2016), os modos de subjetivação desenvolvidos a partir da racionalidade neoliberal, sobretudo os que operam no sentido do egoísmo social, da negação da solidariedade e da redistribuição, não devem ser ignorados, pois eles podem, entre outras consequências, desdobrar-se, até mesmo, em movimentos neofacistas.

Para a elaboração do próximo tópico, fundamentamo-nos, essencialmente, nas elaborações de Dardot e Laval (2016) para compreendermos o modo de ser imposto pelo neoliberalismo, articulando com pressupostos teóricos da Psicanálise.

2. SUJEITO NEOLIBERAL

A mudança de uma concepção de sociedade para outra implica, necessariamente, a reformulação do conceito de sujeito, bem como a elaboração de uma nova norma subjetiva acompanhada de um conjunto de mecanismos de regulação e disciplina capazes de instaurá-la, garantir seu funcionamento e conservá-la (Dardot & Laval, 2016).

A partir da segunda metade do século XVIII até a primeira metade do século XX, por exemplo, tivemos a sociedade industrial e mercantil. Estrategicamente, o modelo de sujeito imposto era o produtivo. Esse modelo não se referia apenas à produção material e nem se circunscrevia ao campo do trabalho, ele se estendia a todos os domínios da vida e exigia, também, a produção de bem-estar, prazer e felicidade. Para garantir sua implantação, instaurou-se uma rede de sanções, estímulos e comprometimentos que teve como efeito produzir, entre outros aspectos, funcionamentos psíquicos a ele convergentes. Para aumentar cada vez mais a sua produtividade, o sujeito precisava ser altamente eficaz. Acerca dessa característica, Dardot e Laval, (2016, p. 324) afirmam: “Foi esse dispositivo de eficácia que forneceu à atividade

econômica os ‘recursos humanos’ necessários, foi ele que produziu incessantemente as mentes e os corpos aptos a funcionar no grande circuito da produção e do consumo”.

Desse modo, junto à inserção do ideal de indivíduo calculador e trabalhador produtivo, foram implantados e institucionalizados mecanismos de educação da mente, de controle dos corpos, novos modos de organização do trabalho, estilos de moradia, descanso e lazer, o que torna ilusória a ideia de que a inscrição dos sujeitos na sociedade industrial se deu de forma voluntária e espontânea. Todavia, a imposição desse arranjo de normas se deu pela via da normatização subjetiva, isto é, ela não se impôs pelo “adestramento dos corpos”, mas por uma “gestão das mentes”, responsável por inventar o sujeito do cálculo, que exerce sobre si mesmo o esforço de maximização dos prazeres e das dores (Dardot & Laval, 2016).

Como visto anteriormente, na segunda metade do século XX, mais especificamente a partir da década de 1970, houve, com a emergência do neoliberalismo, o desenvolvimento de uma sociedade fundamentada na lógica da empresa, o que culminou, também, em um novo modelo de sujeito.

O funcionamento econômico da empresa estrutura-se, basicamente, no pressuposto de que ela precisa gerir a si mesma e responder a uma exigência de eficácia na produção, controlada por um cenário de forte competitividade. Em seu discurso, é anunciado que as pessoas não são simplesmente empregadas, elas são “empresas de si mesmas”, possuidoras de estratégias, objetivos de vida e capacidade para desenvolverem seus próprios recursos. Detentoras dessas características, elas são, portanto, responsáveis por seus próprios sucessos e fracassos.

Bob Audrey (apud Dardot e Laval, 2016), adepto ao neoliberalismo, explica-nos que “falar em empresa de si mesmo é traduzir a ideia de que cada indivíduo pode ter domínio sobre sua vida: conduzi-la, geri-la e controlá-la em função de seus desejos e necessidades, elaborando estratégias adequadas”. Como podemos verificar, a definição de empresa de si oferece ao

sujeito a ideia da possibilidade de um viver sem limites e de ligação com o todo, o que nos remete ao que Freud (1930/2013, p. 14) teorizou sobre o *sentimento oceânico*, referente ao um “sentimento de algo ilimitado, sem barreiras”, o qual é fonte de energia moldada, apoderada e dissipada, por exemplo, por diferentes sistemas religiosos para construir e manter vínculos de fidelidade. O autor afirma que esse sentimento é característico de uma fase primitiva do sentimento de Eu. Nessa fase, o Eu abarca tudo, há uma fusão entre ele e o mundo externo, mas depois, por diversos incentivos, separa de si um mundo externo. Um desses incentivos ocorre quando o bebê reconhece que algumas fontes de excitação provêm de órgãos de seu corpo, responsáveis por enviar-lhe sensações a qualquer momento, como fome, dores, sede; mas outras fontes, temporariamente, afastam-se e voltam a ele mediante pedidos de ajuda. Dentre estas, está a fonte de excitação mais desejada, o seio materno. É nesse jogo que o Eu inicialmente se contrapõe a um objeto.

Outro incentivo ocorre pela tentativa do princípio do prazer de eliminar as frequentes e inevitáveis sensações de dor e desprazer, formando um puro Eu-de-prazer. Todavia, essa atividade não é totalmente possível, visto que algumas sensações de desprazer são de procedência interna, o que converge para a exigência de uma distinção entre o que é interior, próprio do Eu, e o que é exterior, proveniente de um mundo externo (Freud, 1930).

A separação entre o Eu e o mundo externo marca o primeiro passo para a instauração do princípio de realidade, responsável por dominar uma evolução posterior do desenvolvimento psíquico. Freud (1930) complementa que o sentimento oceânico é derivado do desamparo infantil, mas que pode ser duradouramente conservado ao longo da vida pelo medo diante do superior poder do destino. No sentido colocado por Freud (1930), de que sistemas religiosos, por exemplo, apoderam-se do sentimento de desamparo, parece-nos que o neoliberalismo faz um movimento semelhante para inscrever os sujeitos em sua lógica governamental. Mais do que isso, ao colocar suas características como ideais a serem seguidos pelos sujeitos, insistindo

em uma veemente “fixação de um infantilismo psíquico”, contribui, do ponto de vista psicanalítico, à construção de modos de subjetivação narcísicos, ao regime do eu ideal, da onipotência infantil, distante da alteridade que privilegia o coletivo. Como efeito, “a perversão se institui como a maneira por excelência de usufruto dos bens e valores que circulam no espaço social” (Birman, 1999, p. 284).

Se o enunciado nos diz que o sujeito tem todo esse domínio individual, ele também anuncia, a nosso ver, que ele é o único responsável pelas consequências de suas ações, realizadas unicamente a partir daquilo que ele quer e do modo como quer realizá-las. Isso instaura, a nosso ver, uma condição de desamparo, no sentido freudiano do termo de falta de garantias do sujeito sobre seu existir e sobre seu futuro, que o obriga a uma renúncia pulsional como condição para viver em sociedade (Freud, 1930; Menezes, 2012).

Ainda sobre o enunciado, observamos que ele não se restringe ao campo empresarial ao afirmar que ser uma empresa de si é ter “domínio da vida”. O que Bob Audrey faz é colocar em funcionamento o discurso que instaura a lógica da empresa a todos os campos de atividade do sujeito, como o trabalho, a família, a escola, o lazer etc. Todavia, o que não é explicitamente dito é que a constituição desses sujeitos-empresa configura um cenário em que há, como enfatiza Bauman (2000, p.39), “apenas outros indivíduos cujo exemplo segue na condução das tarefas da própria vida, assumindo toda a responsabilidade pelas consequências de ter investido a confiança nesse e não em qualquer outro exemplo”. Desse modo, análogo a uma empresa econômica, a sociedade neoliberal é uma empresa formada por indivíduos empresas de si.

O enunciado, além do nos apresentar um sujeito gerenciador de sua própria vida, coloca a realização ou não desse gerenciamento como dependente unicamente dos desejos do sujeito. A noção de desejo usada no enunciado parece se referir a uma concepção de algo que é genuíno do sujeito, que emerge unicamente de si e tem a ver consigo mesmo. Todavia, explicam Dardot e Laval (2016), a atuação da dominação neoliberal opera justamente no desejo

do sujeito, naquilo que lhe é mais íntimo e no que, culturalmente, ele acredita ser genuinamente seu. Essa atuação é feita por meio de estratégias de controle mental, dando-lhe a ilusão de que, ao realizar um desejo, ele está fazendo aquilo que quer, e não o que os outros ordenam.

O enunciado em questão também apresenta outro efeito de sentido: se o indivíduo age somente em prol de si mesmo, pois somente ele consegue saber ao certo o conteúdo íntimo do seu desejo, ele é o único capaz de conduzir sua vida, portanto, a sociedade não lhe deve nada, o que reforça a responsabilização individual e o desamparo do sujeito.

Entretanto, se o conteúdo do desejo e o modo como se deseja já são previamente determinados, o sujeito, diferente do que Bob Audrey afirma, não tem domínio para conduzir, gerir e controlar sua vida, pois essas ações são consequências de algo estrategicamente configurado e imposto como desejo. Desse modo, assim como a sociedade industrial, a neoliberal também governa pela via da moldagem subjetiva, porém, diferente daquela, esta tem como correlato o sujeito competitivo, inteiramente imerso em uma rede formada por indivíduos e empresas de si mesmo.

Uma vez que trazemos para este trabalho a informação de que o neoliberalismo atua, também, a partir de uma determinada noção de desejo, consideramos importante sublinhar que a concepção de desejo, no âmbito da Psicanálise, é empregada no contexto de uma teoria do inconsciente. De maneira sucinta, a noção de desejo, apresentada na obra *A interpretação dos sonhos* (1900), refere-se a um movimento psíquico que visa, primeiramente, manter-se o mais possível isento de estímulos. Todavia, ocorre uma constante estimulação da vida, por exemplo, as relacionadas às necessidades corporais, ocasionando uma excitação interior que só poderá modificar-se quando se dá a experiência da *vivência de satisfação* que cancela o estímulo interno. Como efeito da excitação produzida pela necessidade, surge uma determinada percepção cuja imagem mnêmica se associa ao traço que essa vivência deixou na memória.

Essa associação faz com que, quando surge novamente a necessidade, uma moção psíquica é suscitada e quererá restabelecer a situação da satisfação primeira. “Uma moção dessa índole é o que chamamos desejo, a reaparição da percepção é o cumprimento do desejo, e o caminho mais curto para este é o que leva desde a excitação produzida pela necessidade até o investimento pleno na percepção” (Freud, 1900/2013, p. 58)

Paralelo a uma determinada concepção de sujeito é configurado, no neoliberalismo, um modo de ser específico que visa a responder a uma perspectiva de sociedade e aos objetivos que se almejam alcançar. Inserido em um entorno social que amplia e reforça as relações de competição entre os próprios sujeitos, pois todas as pessoas são vistas como concorrentes, o indivíduo neoliberal precisa ser competitivo. Para que ele consiga estar sempre à frente de seus concorrentes e à espreita das melhores oportunidades, é preciso ser altamente eficaz, pois é preciso cumprir todas suas metas com qualidade e êxito; ser produtivo para maximizar seus resultados; ter facilidade para se adaptar subjetivamente às condições cada vez mais duras que eles mesmos produzem; ser sumariamente responsável, pois, mais do nunca, ele responde por seus próprios atos, portanto, a responsabilidade de suas ações é unicamente sua; fazer escolhas bem feitas diante da variedade de opções colocadas ele é obrigado a escolher, mais do que isso, ele deve saber analisar racionalmente as várias possibilidades e fazer a melhor escolha.

Todavia, para, sequer, ter a chance de competir nesse cenário de empresas de si mesmo, o sujeito deve ser altamente competente, por isso precisa buscar, constantemente, maximizar seu capital humano em todos os campos. Seu objetivo já não se restringe a projetar-se no futuro e calcular ganhos e custos como fazia o sujeito econômico da sociedade industrial, mas, sobretudo, trabalhar a si mesmo com o intuito de transformar-se continuamente, aprimorar-se, tornar-se sempre eficaz e ter melhores resultados do que os outros. Nessa lógica, afirma Dunker (2016), cada relação ganha características de mercado: educação é investimento, saúde é segurança, relações interpessoais são *networking*, imagem de si é *marketing* pessoal,

cultura é entretenimento, pessoa é empreendedor de si mesmo. É justamente a busca pelo próprio processo de aprimoramento, a fim de melhorar incessantemente seus resultados, que o distingue. Assim, a empresa de si mesmo é uma entidade econômica, social e psicológica.

Para que o sujeito se inscreva nessa lógica e incorpore esse modo de ser, o neoliberalismo tem bastante êxito em estratégias como a de homogeneidade de princípios e homogeneidade subjetiva. Como efeito dessa homogeneidade e supremacia, configura-se uma unificação de possibilidades de formas plurais da subjetividade. De acordo com Dardot e Laval (2016, p. 327), “trata-se agora de governar um ser cuja subjetividade deve estar inteiramente envolvida na atividade que se exige que ele cumpra”. Dessa forma, a empresa não figura apenas como um modelo a ser imitado por outras instituições e pelos sujeitos, ela é imposta como uma atitude que a criança e no aluno devem ter, um potencial a ser exigido do trabalhador, uma maneira de ser.

A imposição do modelo homogêneo de sujeito empresa de si culmina, a nosso ver, em uma tentativa de eliminar as singularidades dos sujeitos e relaciona-se ao que Freud (1930/2013, p. 83) chamou de “miséria psicológica da massa”, ocasionada “quando a ligação social é estabelecida principalmente pela identificação dos membros entre si”. Imposição esta que se sobrepõe à diversidade do mundo humano e de sua vida psíquica, bem como os diferentes caminhos de escolha e adaptações.

Outra estratégia usada é a definição de uma ética e um certa disposição interior a ser encarnada capaz de fazer com que o sujeito-empresa-de-si faça, também, o trabalho de vigilância sobre si mesmo. Portanto, a empresa de si é produtiva, autogerencia-se e se autovigia. Levando essa ética para as relações, pode-se dizer que ela se baseia na premissa do “ajude-te a ti mesmo”, contribuindo para a moldagem de um sujeito unitário, totalmente envolvido de si mesmo. Essa estratégia não é novidade do neoliberalismo, o que é próprio do movimento é

fazer com que o sujeito se governe à maneira como a sociedade o governa (Dardot & Laval, 2016).

A lógica que coloca o sujeito como empreendedor e responsável por gerenciar suas atitudes, opera, também, no sentido de fazer com que o indivíduo trabalhe para a empresa como se estivesse trabalhando para si mesmo, o que pode eliminar o distanciamento entre ele e a organização, bem como a ameaça do sentimento de alienação.

O discurso do sujeito bem-sucedido é outra estratégia de modelagem desse sujeito. Estipula-se um ideal de sujeito, o concebe como bem-sucedido e faz com que os outros sujeitos busquem ser como ele, tornando possível determinar o modo pelo qual os sujeitos devem ser guiados, estimulados, formados, empoderados para cumprir seus objetivos. No neoliberalismo não se estipula somente normas a serem seguidas para se tornar um sujeito bem-sucedido, há também o elogio e exaltação do homem que faz a si mesmo (a empresa de si mesmo); da realização plena (faz tudo de modo independente); do combate (competitividade exacerbada); e do sucesso (Dardot & Laval, 2016).

No funcionamento dessa engrenagem, a via pela qual se torna possível alcançar esse ideal de eu é o trabalho. O trabalho deve ser compreendido como o meio pelo qual o sujeito adquire sua liberdade, mostra seu valor e emprega sua energia. Desse modo, através dele, atinge-se a realização pessoal, pois, se bem-sucedido profissionalmente, o sujeito faz de sua vida um sucesso (Dardot & Laval, 2016). Esse aspecto, a nosso ver, desconsidera a complexidade do mundo humano e de sua dinâmica psíquica.

Ao teorizar sobre o que os sujeitos pedem da vida e desejam nela alcançar, Freud (1930) defende que eles buscam felicidade. Essa busca ocorre a partir da vivência de fortes prazeres ou da ausência de dor e desprazer. Todavia, assegura o autor, a felicidade de fato só ocorre com a primeira, pois ela vem da satisfação das pulsões. Além do mais, ela é possível apenas como fenômeno episódico, do contrário, ela se reduz a um bem-estar. Nessa perspectiva,

as possibilidades de felicidade são bastante restringidas e bem menores do que as de infelicidade: “a felicidade é um problema de economia da libido”. Freud (1930) explica que o sofrimento ameaça o sujeito a partir de três fontes: de seu próprio corpo, pois ele é fadado ao declínio e a finitude; do mundo externo, que pode voltar-se contra os sujeitos com poderosas e destruidoras forças; bem como das relações com outros seres humanos, a maior fonte de sofrimento de todas. Diante das possibilidades de sofrimento, o sujeito pode tentar proteger-se dele, moderando suas pretensões sobre a felicidade.

Ao levar em conta a variedade do mundo humano e da vida psíquica, o autor afirma que, tanto a felicidade como a proteção contra o sofrimento são influenciados pelos mais variados fatores e que cada sujeito precisa descobrir uma maneira particular de ser feliz, o que no contexto de 1930 diz respeito à gestão do desamparo (Birman, 2001; Menezes, 2012). Portanto, não há um modelo válido para todos. Esse pressuposto vai de encontro à homogeneidade discursiva apresentada pelo neoliberalismo.

Do ponto de vista freudiano, o trabalho é um elemento essencial da vida humana, tendo em vista sua função estruturante, seja ao possibilitar destinos para as pulsões, seja ao assegurar ao sujeito um lugar no circuito social. O trabalho, portanto, é um instrumento que o homem criou para lidar com seu desamparo (*Hilflosigkeit*) e viver em sociedade (Menezes, 2010). Para Freud (1930) o trabalho é um ‘derivativo poderoso’ para lidar com a vida. Viver requer trabalho (*Arbeit*). A ‘ênfase no trabalho’ constitui-se em uma técnica na arte de viver, uma técnica para afastar o sofrimento, agindo nos impulsos por meio dos deslocamentos libidinais para o trabalho e aos relacionamentos humanos a ele vinculados. Entretanto, nas condições atuais do mal-estar caracterizado pelo excesso pulsional e pela fragilidade de simbolização, o trabalho tende a ser amorfo, sem contorno e definição claros, é liquefeito e sustentado na flexibilidade e desregulamentação, promove destinos funestos para o desamparo, como a vivência de precarização, uma dimensão de perdas relativas ao mal-estar no campo do trabalho (Menezes,

2012). Este quadro pode ser compreendido como um dos efeitos do neoliberalismo na saúde dos trabalhadores, como o desgaste e a corrosão da subjetividade, um sofrimento de origem sócio-política (Menezes, 2019).

3. NEOLIBERALISMO, TRABALHO E PERVERSÃO: UMA ANÁLISE

Como *corpus* de análise, selecionamos enunciados verbais presentes na plataforma *online* de uma empresa multinacional, prestadora de serviços eletrônicos na área do transporte privado urbano, através de um aplicativo de transporte: a Uber. Os enunciados analisados da página apresentam o objetivo de atrair pessoas para trabalharem como motoristas na empresa. Consideremos o texto abaixo:

A Uber precisa de *parceiros* como você.

Dirija com a Uber e ganhe dinheiro como *autônomo*. As transferências das viagens que você realizar são feitas semanalmente diretamente em sua conta bancária. *Seja seu próprio chefe e seja pago dirigindo em seu próprio horário* (Uber Technologies Inc., 2019, grifos nossos).

Nesse enunciado, como é possível observar, há, no título, o emprego do termo “parceiros” para se referir aos prestadores de serviços. No campo dos negócios, essa palavra se refere a uma pessoa ou instituição que está em parceria por interesse comum, que não tem ou quase não tem diferença em relação a outro e está em um nível de igualdade (Michaelis, 2019). O uso desse termo possibilita a construção de um efeito de sentido que diminui a distância entre a empresa e o trabalhador, causando uma identificação e pertencimento do sujeito a ela. Além do mais, quando a relação é de parceria e semelhança, supõem-se não haver posições hierárquicas distintas.

Como vimos em Dardot e Laval (2016), a estratégia de eliminar discursivamente qualquer distanciamento entre o trabalhador e a organização relaciona-se a ideia de fazer com

que o indivíduo trabalhe para a empresa como se estivesse trabalhando para si mesmo e contribui para afastar a ideia de subordinação à figura do empregador, diminuindo a ameaça do sentimento de alienação.

Em contrapartida, sendo um “parceiro” do empreendimento e não um trabalhador formal, não se recebe direitos trabalhistas específicos, como o Seguro de Acidente de Trabalho e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, o que demonstra uma configuração com traços de precarização do trabalho. O processo de precarização do trabalho é compreendido como o aumento e a intensificação da força de trabalho estruturada em bases cada vez mais desregulamentadas, de modo a propiciar um processo de perda de estabilidade e de exploração do trabalho, configurando relações de trabalho indefinidas e caracterizadas por um vínculo instável, flexível e frágil, portanto, com perda de direitos, adoecimentos de toda ordem e enfraquecimento das organizações coletivas. Esse processo envolve aspectos sociais, econômicos e políticos da vida humana, capaz de influenciar a vida dos sujeitos no trabalho e fora dele. (Antunes 2006, 2007; Druck & Franco 2007, 2008).

Uma estratégia análoga à realizada com o termo “parceiros” ocorre com o emprego da palavra “autônomo”. Este uso busca estabelecer semelhanças entre modalidade de trabalho imposta pela empresa e a modalidade de trabalho autônomo. O trabalhador autônomo exerce sua atividade profissional sem vínculo empregatício, a prestação de serviços é de forma eventual e não habitual e ele recebe diretamente seus benefícios à medida em que o trabalho é realizado, assumindo todos os riscos. Ocorre que, na configuração em análise, apenas parte da remuneração é direcionada ao motorista, a outra fica com a empresa, aspecto não presente da modalidade de trabalhador autônomo, pois sua força de trabalho não é totalmente explorada em proveito próprio. Nesse sentido, o motorista da Uber deve suportar os riscos característicos de um trabalhador autônomo, mas não recebe como ele. Ainda sobre a onerosidade, Carvalho (2019) afirma que a empresa cobra uma certa porcentagem do valor arrecado pela corrida feita

pelo motorista e, somente depois de retirado esse montante, a organização repassa a outra porcentagem para o trabalhador, aspecto que, novamente, não faz parte da categoria de trabalhador autônomo.

A estratégia discursiva apresentada nesses dois dados parece possuir duas nuances: em uma, informa-se que a relação de trabalho é informal. Na outra, há uma atuação referente à modalidade de trabalhador autônomo, pois está escrito que o motorista vai trabalhar como um autônomo, porém não é verbalizado no enunciado que ele não terá todos os benefícios dessa modalidade. Ademais, o motorista permanece com significativos riscos específicos dessa categoria, como o não recebimento de direitos trabalhistas e a responsabilização individualizada. Nessa dinâmica, ele também não conta, por exemplo, com sindicatos.

Esse jogo parece instaurar uma recusa de aspectos significativos da realidade, como a da precarização do trabalho e da individualização das responsabilidades e riscos, configurando uma identidade de trabalhador individualizado e uma relação entre empregador e prestador de serviços que demonstra a avidez pelo lucro e pelo poder à custa da condição de precariedade do outro e de submissão, refletindo uma relação com traços de perversidade. Menezes (2010) explica que há entre grandes empresas e seus fornecedores uma relação que propicia um funcionamento perverso em que “o trabalhador é considerado como objeto de uso e de gozo, sendo a sua existência condicionada a uma posição servil”, caracterizando uma relação perversa. Nesse sentido, a servidão se mostra como uma expressão desse sentimento de desamparo, propiciado pela lógica neoliberal. Em outras palavras, a servidão é a via pela qual o trabalhador encontra para lidar com o desamparo social no qual ele é lançado.

A frase “Seja seu próprio chefe e seja pago dirigindo em seu próprio horário” traz, por um lado, a ideia do sujeito gerenciador de si mesmo, aquele que não precisa de um chefe ou um líder para dizer o que deve ser feito, pois o sujeito precisa ser capaz de conduzir, gerir e controlar suas atividades a partir de suas necessidades e vontades, aspectos que configuram o modo de

ser empresa de si mesmo, característico do sujeito neoliberal. Por outro lado, ele também anuncia que o sujeito é o único responsável pelos resultados de suas ações, realizadas unicamente a partir daquilo que o sujeito quer e do modo como ele quer realizá-las. A ideia de flexibilização dos horários se afasta da modalidade de trabalhador formal e se aproxima, novamente, da noção de empreendedor autônomo.

Uma sequência de três enunciados abaixo do texto de apresentação da organização e do formulário a ser preenchido por aqueles que se disponibilizam a nela trabalhar reforça nossa compreensão de que os elementos que a empresa Uber traz em sua página *online* demonstram a moldagem de um sujeito empresa de si, autogerenciador, que se governa à maneira como a sociedade o governa. O primeiro é:

Ganhe dinheiro.

Tem um carro? Transforme-o em uma máquina de fazer dinheiro. Tem muita coisa acontecendo na cidade e a Uber facilita muito para você aproveitar e ganhar dinheiro. E mais, *você já tem tudo o que precisa para começar* (Uber Technologies Inc., 2019, grifos nossos).

Desse excerto, destacamos a condição de o prestador de serviços precisar possuir seu próprio instrumento de trabalho, no caso o veículo, para prestar serviços para a organização. Essa condição reforça a ideia de que o trabalhador é uma empresa de si no sentido de ter de possuir estratégias e meios para alcançar seus objetivos. Novamente temos uma situação a qual há um trabalhador que vende sua força de trabalho para uma empresa, mas deve arcar com os possíveis riscos, pois qualquer dano que venha a ocorrer é de responsabilidade do proprietário. Ele também é o único responsável pelo valor do combustível usado durante o trabalho, a manutenção e a depreciação do veículo.

Ademais, ao afirmar que, tendo um carro, a pessoa já possui tudo o que precisa para começar a trabalhar na empresa, a frase produz um efeito de sentido relacionado à ideia de que a organização não faz muitas exigências ao prestador de serviços e o fato de disponibilizar um

bem já adquirido como próprio instrumento para trabalhar não configura como uma grande exigência. A construção desse efeito de sentido se faz necessária uma vez que, normalmente, quando um motorista é contratado, ele dirige o veículo do contratante, por exemplo, os taxistas e motoristas de empresas de transporte público. Essa afirmativa também se refere à ideia neoliberal de que cada um possui os recursos próprios para evoluir ou resolver problemas, como vimos em Dardot e Laval (2016).

A ideia de o trabalhador “transformar” o próprio “carro em uma máquina de ganhar dinheiro” reafirma o pressuposto de que o trabalhador precisa ter seus próprios recursos e estratégias para estar no mercado de trabalho, como visto anteriormente. Essa condição nos remete ao pressuposto de Dardot e Laval (2016) de que a responsabilidade do sujeito pela conquista de um emprego e valorização de seu trabalho no mercado é um princípio da sociedade neoliberal.

No segundo texto temos:

Dirija quando quiser.

Quer ter mais uma fonte de renda? Como motorista parceiro da Uber, você tem liberdade e flexibilidade para dirigir quando quiser. Crie seu próprio horário e não perca os momentos mais importantes da vida (Uber Technologies Inc., 2019).

O título deste enunciado expressa dois sentidos: o primeiro está explícito e se refere à autonomia de o trabalhador para organizar seus próprios horários, remetendo-nos ao postulado de Bob Aubrey (apud Dardot & Laval, 2016) de que, sendo empresa de si mesmo, o indivíduo pode conduzir e controlar sua vida. Para poder fazer isso, basta ele querer, como mostra a pergunta inicial do texto. O sentido implícito, a nosso ver, é o de que o total de rendimento irá depender também do quanto ele trabalha, do quanto ele deseja ou necessita trabalhar, responsabilizando-o totalmente pelos seus lucros e garantindo a autoexploração,

como vimos em Bourdieu (1998). A ideia de autonomia é reforçada pelos princípios da liberdade e da flexibilidade para trabalhar quando quiser, presentes na segunda frase.

Na última frase, o enunciado sugere que, ao poder escolher quando trabalhar, o indivíduo pode aproveitar os momentos mais importantes de sua vida, o que coloca o trabalho na empresa em questão como um meio para alcançar outros objetivos que não somente o de ganhar dinheiro, mas, também, o de poder aproveitar outras situações. Todavia, ao voltarmos na pergunta inicial - “Quer ter mais uma fonte de renda?” -, a conjunção “mais”, nesta frase, dirige-se a um público bastante específico, composto por pessoas que trabalham em mais de um emprego, portanto, construir um enunciado que diz possibilitar a esses sujeitos aquilo que eles não têm ou têm muito pouco, tempo disponível para aproveitar outros momentos da vida e não só trabalhar.

A ideia de sujeito empreendedor de si é novamente reforçada com último excerto:

Sem escritório, sem patrão.

Se você está sustentando sua família ou economizando para algum projeto futuro, a Uber lhe dá liberdade para dirigir só quando for vantajoso. Escolha quando dirigir, aonde ir e quem transportar (Uber Technologies Inc., 2019).

A empresa se coloca como o lugar onde o sujeito pode realizar, de modo livre e autônomo, desde suas necessidades básicas mais emergentes, como sustentar a família, até a realização de projetos futuros, o que leva a uma visão de uma grande oportunidade para o motorista. Entretanto, Carvalho (2019) nos informa que uma das condições impostas pela Uber para que os motoristas continuem na plataforma é a obtenção de uma boa avaliação por parte dos clientes, além de modelos específicos de carros e funcionalidades. Nesse sentido, tem-se uma relação marcada, por um lado, pela imposição de ordens e, por outro, pelo recebimento de ordens, a subordinação, o que contraria a ideia de um prestador de serviço como parceiro da empresa, bem como a de trabalhador autônomo, livre e empreendedor de si mesmo. Temos,

portanto, mais um dado que desvela uma montagem para negar uma condição com traços de subordinação e servidão do trabalhador.

Como vimos anteriormente com Bauman (2000), a constituição desses sujeitos-empresa configura um cenário formado apenas por outros indivíduos-empresas-de-si que seguem na condução das tarefas da própria vida, assumindo toda a responsabilidade pelas consequências de ter investido a confiança nesse e não em qualquer outro exemplo. Portanto, temos um cenário hostil, formado por indivíduos-empresas-de-si que concorrem entre si, o que reforça a individualidade e atomização dos sujeitos e incrementa o seu desamparo. Nos dados analisados, as estratégias de concorrência e individualização dos motoristas podem ser vistas como a imposição de metas, o salário individualizado e por produtividade, a insegurança da informalidade, conforme Bourdieu (1998).

Os motoristas da Uber não possuem os mesmos direitos dos trabalhadores formais, porém também não possuem as mesmas exigências dos motoristas de taxis, por exemplo, mesmo os que são autônomos. Além do mais, o valor da tarifa que a Uber cobra de seus clientes é menor do que a cobrada pelos taxistas (G1 – São Paulo, 2015). Essas questões colocam ambos os serviços em concorrência, sendo os motoristas da Uber vistos como uma ameaça ao trabalho dos motoristas de taxi, seja em relação a quantidade de usuários dos serviços ou em relação à garantia de direitos dos trabalhadores formais. Como exemplo dessa polêmica, segue fragmentos de uma a notícia publicada no jornal *online* G1:

Taxistas e motoristas de aplicativos entram em confronto na Esplanada em dia de votação no Senado

Taxistas pedem a aprovação da proposta; motoristas de aplicativos protestam contra o projeto. Um taxista foi preso por desacato. Durante confusão, grupo ateou fogo a gramado próximo à Alameda dos Estados (G1 - Distrito Federal, 2017).

De acordo com a notícia, cerca de dois mil taxistas e mil e quinhentos motoristas da Uber e da Cabyfi (outra empresa de motoristas que gerem seus serviços por aplicativo) entraram em confronto na Esplanada dos Ministérios, área central de Brasília, enquanto esperavam o resultado da votação do Senado referente ao projeto de lei que regulamenta os serviços pagos de transporte individual. Para separá-los, os policiais militares usaram spray de pimenta e formaram um cordão humano entre os grupos.

Uma das falas de um motorista de taxi exemplifica bem sua preocupação em relação à concorrência e a ameaça que os serviços da Uber representam para ele e seus colegas de trabalho: "Somos sujeitos a vários controles dos municípios do Brasil. A gente sempre usa o exemplo do açougue. Se eu sou um açougueiro e um vizinho começa a vender carne mais barata do meu lado, ele me prejudica." (G1 - Distrito Federal, 2017).

O que se observa é que a concorrência, princípio fundamental do neoliberalismo, não está presente somente nas relações entre os motoristas da empresa Uber, ela está inserida, também, entre eles e os taxistas, como verificamos com a reportagem apresentada.

Sendo assim, o modo como essa dinâmica funciona desvela uma busca, por parte da organização, de satisfação pelo domínio do outro, uma ânsia de um poder absoluto, caracterizadas pelo ganho a partir do usufruto do outro (trabalhador); da coerção; da negação da alteridade do outro (trabalhador).

Nesse sentido, a relação de trabalho que se estabelece entre a organização e seus fornecedores demonstra traços de precarização do trabalho e é constituída a partir de um discurso explícito que se distancia da realidade prática dos trabalhadores e contribui para desarticular as possibilidades de reações do dominado, reafirmando a sua condição de submissão. Sob o ponto de vista da Psicanálise, essa relação está sustentada em uma montagem perversa, conforme aponta Menezes (2010), em que só há duas posições possíveis: a do dominador e a do dominado. Na dinâmica apresentada, temos, de um lado, o trabalhador,

submetido a uma situação de subordinação e precariedade instaurada por um discurso manifesto que impõe a partir de um ideal de sujeito empresa de si. Portanto, ele é dominado pela lógica imposta pela instituição. Do outro lado, há a empresa que, de fato, possui e mantém o domínio sobre a relação com o trabalhador e o poder de gerir a si mesma e aos seus prestadores de serviços, além de fazer usufruto do trabalhador, impondo-lhe coerções que negam a sua alteridade e o instrumentaliza, visando ao acúmulo de capital.

A montagem perversa se caracteriza como uma aliança que encontra eco contra o desamparo, em que o mecanismo de *dominação perversa* se constitui em um modo de evitar o confronto com o desamparo. Por um lado, formas que supondo triunfar sobre a condição de desamparo alimentam-se do horror do outro, acreditando assim dominar tal condição; e por outro, formas de subjetivação que acreditando se proteger do horror do desamparo privilegiam experiências de assujeitamento ao outro (Menezes, 2012; Birman, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise nos possibilitou compreender que temos um cenário social que, na perspectiva psicanalítica, enreda o sujeito em uma relação de perversidade a qual ele ocupa uma posição de servidão. Esse cenário social é regido pelo sistema neoliberal de modo bastante hegemônico, dando-lhe até mesmo uma identidade, a que chamamos de “sociedade neoliberal”.

Dardot e Laval (2016) afirmam que uma das consequências trazidas pelo neoliberalismo é a corrosão progressiva dos direitos do trabalhador. As novas formas de emprego provisórias e temporárias trazem a precarização dos direitos e causam ainda mais a insegurança dos assalariados. As facilidades cada vez maiores para demitir e a diminuição do poder de compra até o empobrecimento aumentam o grau de dependência dos trabalhadores com relação aos empregadores. “Foi esse contexto de medo social que facilitou a implantação da neogestão nas empresas. Nesse sentido, a ‘naturalização’ do risco no discurso neoliberal e a

exposição cada vez mais direta dos assalariados às flutuações do mercado, pela diminuição das proteções e das solidariedades coletivas, são apenas duas faces de uma mesma moeda” (Dardot & Laval, 2016, p. 329). Essa lógica transfere os riscos aos assalariados, produzindo o aumento da sensação de risco, as empresas puderam exigir deles disponibilidade e comprometimento muito maiores. Há, portanto, a criação de um contexto social que enreda o sujeito em situações as quais o deixa desprotegido, como as relações de trabalho vista na análise.

A criação e imposição de um ideal de sujeito empresa de si, voltado para si mesmo, favorece a emergência de um cenário hostil, pois a relação entre os próprios trabalhadores (indivíduos empresas de si) é de concorrência, enfraquecendo ou eliminando, estrategicamente, as referências e as solidariedades coletivas, o que reforça, também, a individualidade, aumentando o sentimento de desamparo do sujeito.

Entendemos que o sujeito é inserido em um contexto social que se furta da responsabilidade e da proteção do trabalhador; sobrecarregado pela responsabilização de riscos, fracassos e conquistas; sem vínculos sociais consistentes no âmbito do trabalho. Essa condição é favorável para enredar o sujeito em uma relação de trabalho perversa, a qual o trabalhador é objetalizado, ou seja, é tido como um objeto a ser usado e manipulado pelo empregador para que ele triunfe sobre o outro, isto é, leve vantagem nesse cenário de competição que ele também está inserido. Em outras palavras, a servidão, a qual o trabalhador é colocado, é efeito desse desamparo social, é uma via pela qual o sujeito encontrou para lidar com o desamparo a qual ele é lançado.

Essa compreensão vai ao encontro dos postulados de Debieux Rosa (2016) sobre a dominação perversa no campo do social. A autora explica que esse arranjo articula a dominação política com uma dominação do sujeito, como visto na análise em que há uma junção entre princípios governamentais neoliberais e os da empresa para dominar os sujeitos. Segundo a autora, trata-se de "estratégias políticas de destituição do sujeito" (p. 364) que, para a

psicanalista, funcionam como laços que envolvem o sujeito em um jogo afetivo e libidinal, mas também político, criando um discurso com efeito alienante, sustentado por um equívoco na relação social com o outro.

Observamos que há uma transposição de ideais neoliberais para a configuração dos vínculos sociais no campo do trabalho, adotadas pela empresa em questão. Vemos também que o medo do desemprego, a precarização do trabalho, a avaliação, característicos do modelo neoliberal, são poderosas estratégias de concorrência capazes de definirem novos modos de subjetivação e de se relacionar com o outro. Ademais, a precarização do trabalho pode ser compreendida como um dos efeitos da engrenagem neoliberal.

REFERÊNCIAS

- Antunes, R. (2006). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- Antunes, R. (2007). Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In Druck, G., & Franco, T. (Orgs.). *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*. São Paulo: Boitempo.
- Bauman, Z. (2000). *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual* (P. Dentzien, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Birman, J. (2001). *O mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Birman, J. (2006). *Arquivos do mal-estar e da resistência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Bourdieu, P. (1998). *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal* (L. Magalhães, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Carvalho, V. H. F. F. (2019). Como a Uber contribui para a precarização do trabalho na modernidade. *Jusbrasil.com.br*. Recuperado de:

<https://vitorfirmino.jusbrasil.com.br/artigos/534725925/como-a-uber-contribui-para-a-precarizacao-do-trabalho-na-modernidade>.

CLT. (2017). *Consolidação das leis do trabalho – CLT e normas correlatas*. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas.

Dardot, P., & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. (M. Echalar, Trad.). São Paulo: Boitempo.

Debieux, R. (2016). *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*. São Paulo: Escuta/FPAESP.

Druk, G., & Franco, T. (2007). *Terceirização e precarização*. São Paulo: Boitempo.

Druk, G., & Franco, T. (2008). O trabalho contemporâneo: precarização e saúde mental. In *Seminário Nacional de Saúde Mental e Trabalho*. São Paulo.

Dunker, C. (2016). O neoliberalismo e seus normalopatas. *Blog da Boitempo*. [BLOG]. Recuperado de: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/11/03/o-neoliberalismo-e-seus-normalopatas/>.

Freud, S. (1927). *O futuro de uma ilusão*. Obras completas. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1930). *O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930 – 1936)*. (P. C. Souza, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras.

Gerhardt, T. E., & Silveira, D. T. (Orgs.). (2009). *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS. Recuperado de: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>.

G1 – São Paulo. (2015). *Uber x Taxis*. Recuperado de: <https://especiais.g1.globo.com/sao-paulo/2015/uber-x-taxi/>.

G1 – Distrito Federal. (2017). *Taxistas e motoristas de aplicativos entram em confronto na Esplanada em dia de votação no Senado*. Recuperado de: <https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/taxistas-e-motoristas-de-app-entram-em-confronto-na-esplanada-em-dia-de-votacao-no-senado.ghtml>.

- Harvey, D. (2005). *O neoliberalismo: história e implicações*. (A. Sobral, & M. Gonçalves, Trad.). São Paulo: Edições Loyola.
- Laplanche, J. (1992). *Novos Fundamentos para a Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.
- Menezes, L. S. (2010). *Um olhar psicanalítico sobre a precarização do trabalho: desamparo, pulsão de domínio e servidão*. (Tese de Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo: SP, Brasil.
- Menezes, L. S. (2012) *Desamparo*. (2a ed.). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Menezes, L. S. (no prelo). *Por uma visão freudiana da dimensão do desamparo no psiquismo e o aspecto sócio-político do sofrimento*. Capítulo de livro no prelo.
- Micheallis (2019). *Dicionário de Língua Portuguesa*. Significado de “Parceiro”. Editora Melhoramento. Recuperado de: <http://michaelis.uol.com.br/busca?id=w4x9R>.
- Safatle, V. (2015). O trabalho do impróprio e os afetos da flexibilização. *Revista de filosofia da PUCRS*. 60(1), 12-49. Porto Alegre. Recuperado de: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/article/view/20196>.
- Uber T, I. (2019). *Uber*. Recuperado de: https://www.uber.com/a/join?ec_exp=1&exp=70801t&utm_source=hotrod&utm_campaign=jobboards-hotrod-vagasonline_25_-99_BR-National_d_all_acq_cpc_pt-br_latam_transportation_mpu_National_paid_null&utm_medium=jobboards_text&de=20190401&cy=BR-National&je=mpu&sr=transportation&lang=pt.